NOTA CONJUNTA DAS ENTIDADES DO FUNCIONALISMO CONTRA O ATRASO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE ABRIL

As entidades representativas das categorias do serviço público estadual de Minas Gerais tornam público a cobrança endereçada ao Governador Romeu Zema quanto ao pagamento dos salários das trabalhadoras e trabalhadores no serviço público estadual.

Estamos no segundo dia útil de abril e até o momento o governo de Minas não apontou a escala de pagamento dos servidores públicos estaduais e, em comunicado à imprensa, aponta o dia 15 de abril como data para possível anúncio do pagamento dos salários de março.

Não bastasse a ausência de datas, trazendo muitas incertezas e apreensão a todos os servidores que dependem de seus salários para honrar os seus compromissos e despesas, os servidores já vivenciam situação crítica, em função do parcelamento de seus salários e a defasagem histórica de seus vencimentos.

Temos consciência da crise sanitária, epidemiológica, que toda a sociedade atravessa. Mas, é forçoso reconhecer que o servidor público, que está sempre ao lado da sociedade em suas múltiplas e importantes funções - da educação à saúde e à segurança pública, da proteção ao meio ambiente e do desenvolvimento sustentável às obras públicas e infraestrutura, da segurança alimentar e da fiscalização sanitária animal, presentes em todos os momentos da vida em sociedade - deve ser respeitado em seu direito mínimo, que é o recebimento pelo seu trabalho.

O momento é crítico para todos, principalmente para a centenas de milhares de famílias cujo sustento depende do salário de diversas categorias profissionais que atendem a população mineira e fazem os serviços públicos funcionarem. Não é razoável que, em um momento de tantas incertezas, o Governo de Minas Gerais eleja o servidor público como "bode espiatório" e trate, com indiferença, a situação alimentar de milhares de famílias de servidores públicos, como se os seus salários fossem algo secundário ou de menor importância - embora conceda mais de R$ 6 bilhões em isenções fiscais para empresas que, agora, ameaçam demitir e deixar de pagar os seus impostos.

É importante lembrar que até o presente momento o Governo de Minas não quitou, para uma grande parcela dos servidores, o Décimo Terceiro Salário de 2019. São dezenas de milhares de servidores que ainda estão sem o Décimo Terceiro, ao contrário da quitação prometida para o primeiro trimestre. Ainda que o Estado não esteja limitado, nesse momento emergencial, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com isso, o Governo de Minas traz ainda mais incertezas econômicas à população mineira, que mais do que nunca necessita da injeção de recursos do estado em sua economia. A garantia dos salários é também uma forma de fomento à economia e, principalmente à economia regional, haja vista a centenas de municípios mineiros que vivem do comércio local.

Num momento em que todo Brasil passa por sua maior crise de saúde em função da pandemia do Coronavírus/Covid19, espera-se do governador uma postura de seriedade, planejamento e assertividade no trato com as pessoas e com a vida. Se antecipando aos problemas, propondo soluções e, principalmente, preservando minimamente as condições de existência material de cada família mineira.

Infelizmente, a declaração do Governador Romeu Zema (que se soma a outras igualmente infelizes e insensíveis quanto as consequências de seus atos e palavras, como no caso da redução de salários) vai na contramão do que se espera de uma liderança, de um Governador. Tais manifestações, feitas a terceiros e apenas de forma indireta aos servidores, aprofundou ainda mais as famílias mineiras na incerteza e na angústia de não ter como saldar suas dívidas que se acumulam e às despesas familiares e alimentares presentes e futuras.

As alegações do Governador quanto ao impacto financeiro da pandemia sobre a economia de Minas Gerais não combinam com a falta de atitude do governo mineiro que sequer solicitou a suspensão de sua dívida com a União, a exemplo do que fizeram outros estados. O Governador Romeu Zema, também não cobrou de forma enérgica a dívida da União com o Estado em razão das compensações referentes a lei Kandir. O que demonstra que o governo de Minas tem alternativas, mas, deliberadamente opta por penalizar a população.

Deste modo, manifestamos nossa imensa preocupação com as milhares de famílias de trabalhadores aos quais representamos e com as demais famílias mineiras que sofrem com os reflexos de uma administração que peca pelo improviso e flerta com a irresponsabilidade. E assim, reiteramos nossa incisiva cobrança pelo imediato pagamento dos salários a todos os trabalhadores do serviço público estadual em Minas Gerais.

SindUTE Minas Gerais – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Filiado à CNTE e à CUT
CUT MG – Central Única dos Trabalhadores
Sind-Saúde Minas Gerais – CUT CNTSS
30 anos – Sinfazfisco-MG
Alunimontes
SINDSEMA – Sindicato dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente e da Arsae - Minas Gerais
SINDÁGUA MG – CUT
SINDPÚBLICOS-MG – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais
ASSIMA
AFFEMG
SINDIELETRO-MG – Filiado à CUT
ADUEMG – Associação dos Docentes da UEMG
SINTDER-SINTTOP
ASTHEMG – Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais.
SINDPROS – Sindicato do Profissional de Enfermagem, Auxiliar de Apoio da Saúde, Técnica Operacional da Saúde e Analista de Gestão e Assistência à Saúde.
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil